

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Debate sobre Plano Diretor da Capital não deslanchou

Instalada no início de agosto, comissão especial ainda não foi convocada

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofiaue@jcrs.com.br

Mesmo sendo considerada a lei mais importante do município, a discussão sobre o Plano Diretor de Porto Alegre ainda não deslanchou na Câmara Municipal. Prova disso foi a sessão desta segunda-feira, primeiro encontro dos parlamentares após a entrega do texto ao Legislativo, quando o assunto não foi sequer mencionado nos discursos na tribuna.

Além disso, a primeira reunião da Comissão Especial do Plano Diretor, instalada no início de agosto, ainda não foi convocada. Apesar desse cenário, alguns vereadores da base reafirmam que o texto será votado até o fim deste ano.

Nesse momento, o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo aguardam parecer da Procuradoria da Câmara.

De acordo com o vereador Idenir Cecchim (MDB), líder do governo na Câmara e presidente da comissão, o chamamento do colegiado ocorrerá após o encerramento desta etapa. A comissão, dividida em relatorias temáticas, será responsável por analisar o projeto e produzir um relatório sobre o texto.

O parlamentar, que participou da última revisão do Plano Diretor, com duração de mais de dois anos, duvida que o projeto seja votado nesse ano, dada a complexidade da matéria. Sobre o encerramento dos trabalhos da comissão, Cecchim também não deu prazo certo. “Vai lon-



Prefeito Melo entregou projeto ao vereadores na sexta-feira passada

ge”, afirmou.

No entanto, a presidente da casa, vereadora Comandante Nádia (PL), defende que o Plano Diretor tem plenas condições de ser apreciado em plenário ainda em 2025, reafirmando que convocará sessões extraordinárias para a discussão do texto. De acordo com Nádia, a votação do projeto em 2026 seria muito prejudicial ao texto, por causa das eleições.

“Vai macular com a política, muito ruim. Não podemos deixar que ideias de siglas partidárias, ideologias e partidos maculem esse Plano, que é um Plano técnico”, pontuou. De acordo com ela, o projeto deve ficar pronto para entrar na pauta de votação em um mês e meio. “Com boa vontade e sendo otimista”, avaliou.

A construção do novo Plano Diretor iniciou em 2019 e, além de ser interpelada pela pandemia de Covid-19, teve sua discussão pausada em 2024 com a justificativa de que o documento seria prejudicado por embates políticos

ligados às eleições municipais.

Ainda que não esteja no planejamento governamental pausar a discussão novamente por conta de processos eleitorais, parlamentares da base veem com receio a possibilidade de votar o projeto durante a campanha política, visto que muito estarão mirando espaços na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional.

Para além da duração da tramitação, a base segue incerta em relação ao conteúdo do projeto. De acordo com fontes próximas ao governo, vereadores alegam que o Executivo não está considerando possíveis problemas em vias residenciais e em bairros com casas que poderiam ser causados por mudanças previstas no texto. A prefeitura se comprometeu a contemplar alterações solicitadas por parlamentares da situação após a audiência pública do Plano Diretor, realizada no início de agosto, mas a promessa não se concretizou.

ELSON SEMPE PEDROSO/CMPTA/JC



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Lula, Trump e o recado ao mundo

O artigo de Lula publicado no New York Times foi mais que um gesto de política externa: foi um recado direto a Donald Trump e, sobretudo, uma reafirmação de princípios inegociáveis. Ao dizer que a democracia e a soberania brasileira não estão em discussão, o presidente marca posição em um tabuleiro internacional cada vez mais permeado por interesses econômicos e pressões políticas.

Democracia não se negocia

Lula deixou claro que no Brasil tudo pode ser objeto de debate, menos a democracia e a soberania. Esse recado tem peso histórico. Diante de pressões externas, inclusive da retórica de Donald Trump, que volta a ameaçar o País, a mensagem é inequívoca: há fronteiras intransponíveis. A democracia não está à venda, nem a soberania pode ser relativizada.

Valor permanente

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto) traduz bem o sentimento nacional ao lembrar que “não existe dono do mundo. Nem os Estados Unidos, nem a China, nem a Rússia. O Brasil também não pode se arvorar como tal, mas precisa se respeitar para ser respeitado”.



PDT/DIVULGAÇÃO/JC

O falso xerife do planeta

A postura de Trump, de agir como “xerife do mundo”, revela mais fraqueza que força. Não beneficia nem o povo americano, tampouco os países atingidos por sua política unilateral. O exemplo está na guerra tarifária com a China. Enquanto os EUA impõem barreiras, perdem mercados; a China responde com firmeza, sem isolar-se. O Brasil, por não ter o mesmo poderio econômico, sente os efeitos, mas não se resigna: busca clareza e equilíbrio no mercado global.

O respeito como via de mão dupla

Pompeo de Mattos é enfático: “o respeito deve ser mútuo. O Brasil não precisa cutucar a onça com vara curta, mas tampouco pode se ajoelhar diante das pressões externas. O respeito que oferece é o respeito que exige. Essa lógica deveria guiar as relações internacionais: cooperação sem submissão, diálogo sem intimidação”.

Multilateralismo contra imposições

Lula não recusa a legitimidade de Trump defender empregos e reindustrialização nos EUA, algo que ele próprio já defendeu no Brasil em outros tempos. O ponto de atrito está no método: recorrer a tarifas unilaterais e punições seletivas contra países como o Brasil. A defesa do multilateralismo mostra que a solução não é impor sanções para proteger aliados políticos, mas buscar acordos globais mais justos.

Democracia brasileira sob ataque externo

O governo Trump, ao adotar medidas punitivas seletivas, revela um viés político evidente: tentar blindar Jair Bolsonaro, condenado por tramar contra as instituições democráticas. Ao denunciar isso em público, Lula amplia o debate e traz à cena internacional a percepção de que o Brasil não aceitará interferências externas que fragilizam sua democracia.

Eduardo Bolsonaro assume liderança da minoria

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

A deputada federal Caroline de Toni (PL-SC) comunicou, nesta terça-feira, a renúncia da liderança da minoria na Câmara para transferir a função para o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). As declarações ocorreram em pronunciamento a jornalistas na Câmara dos Deputados.

“Gostaria de comunicar a

todos a minha renúncia à liderança da Minoria da Câmara dos Deputados, para transferir essa responsabilidade ao deputado Eduardo Bolsonaro”, afirmou a parlamentar. “Tomamos essa decisão convictos de que o Brasil precisa de união e de coragem, especialmente diante das perseguições políticas que tanto o Eduardo como seu pai, Jair Messias Bolsonaro, estão sofrendo.”

O deputado está nos EUA desde fevereiro.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), mencionou um ato da Mesa Diretora na gestão de Eduardo Cunha para justificar o gesto a Eduardo Bolsonaro. De acordo com o parlamentar, Caroline de Toni será vice-líder da minoria, para representar Eduardo nos momentos de ausência em plenário.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade